



A CONTRIBUIÇÃO DE UM ESPAÇO NÃO-FORMAL DE ENSINO NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA INFANTO-JUVENIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA/RS¹

Vol. 2 nº 4 jul./dez. 2007

p. 313-326

*Letícia Mossate Jobim*²

UFSM

*Marilda Oliveira de Oliveira*³

UNIVERSIDADE DE BARCELONA - ESPANHA

Resumo: Este estudo objetivou analisar a contribuição de um espaço não-formal de ensino no município de Restinga Sêca/RS. A partir de um estudo de caso foram entrevistados professores e alunos e realizadas observações no campo de pesquisa. Após uma breve análise sobre as bases históricas de como a cidadania vêm sendo constituída em nossa sociedade, marcada pela exclusão das classes populares na tomada de decisões, retomamos esse conceito na contemporaneidade, a fim de compreendê-lo em um sentido mais amplo e sob uma perspectiva de gestão educacional. A investigação caracterizou-se por uma pesquisa etnográfica e de caráter qualitativo, onde foram utilizados como instrumentos de pesquisa: a inserção participante, a observação participante, o diário de campo e a entrevista estruturada. De posse desses dados, foram realizadas as análises buscando estabelecer uma tessitura com os autores abordados no marco teórico. Nesse sentido buscou-se apontar algumas possibilidades e deficiências deste espaço concreto de estudo, assim como elucidar o trabalho pedagógico dos professores, a contribuição dos alunos, a forma de gestão e as relações deste meio com outros setores da sociedade. Finalmente foram destacados alguns pontos merecedores de maior atenção e reflexão visando uma gestão de maior qualidade.

Palavras-chave: Ensino não-formal, cidadania, infanto-juvenil

THE CONTRIBUTION OF A NON-FORMAL TEACHING SPACE
IN THE DEVELOPMENT OF THE INFANT/JUVENILE CITIZENSHIP: A STUDY
IN THE MUNICIPAL DISTRICT OF RESTINGA SECA (RIO GRANDE DO SUL)

ABSTRACT: This study analyzes the contribution of a non-formal teaching space in the municipal district of Restinga Sêca/Rio Grande do Sul. Starting from a case study, teachers and students were interviewed and observations were made in the locus of the research field. After a brief analysis of the historical background of how citizenship has been constituted in our society, marked by the exclusion of popular classes in the decision-making process, we review this concept in contemporary, in order to understand it in a wider sense and from a perspective of educational management. The investigation was characterized by ethnographical research of a qualitative nature, where participant insert, participant observation, field diaries and structured interviews were all used as research methods. From these data, analyses

were made aiming to establish a relationship with the authors approached in the theoretical mark. In this sense an attempt was made to indicate some possibilities and deficiencies within this concrete study space, as well as highlighting the teachers' pedagogic work, the students' contribution, the management way and the relationships between this environment and other sectors of society. Finally some other worthwhile points were identified and a reflection was made about an management of better quality.

Keywords: non-formal teaching, citizenship, infant-juvenile

Esta pesquisa originou-se de minha prática educativa como professora de Artes durante os anos de 2004 e 2005, com crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, num projeto social realizado em um espaço não-formal de ensino, no município de Restinga Sêca, RS. Um dos objetivos desse projeto, além de contribuir para a inclusão e permanência de crianças e adolescentes de famílias de baixa renda na escola, combatendo a evasão e a repetência escolar, era contribuir para a formação da cidadania infanto-juvenil, recuperando ou resguardando-os da marginalização e exclusão social.

Percebia-se, entretanto, que após a saída dos alunos do projeto, apenas uma minoria conseguia escapar da marginalização, drogas e/ou prostituição. A partir dessa premissa, buscou-se, através da análise do trabalho pedagógico dos professores, das formas de gestão desse espaço e das relações com outros setores da sociedade, verificar as contribuições e deficiências desse projeto frente ao objetivo a que se propunha.

Uma vez delineados os objetivos do estudo, as categorias e as questões de pesquisa, todos os momentos de inserção da pesquisadora neste espaço educativo foram considerados significativos para a investigação, tais como falas, atitudes, expressões e passaram a ser observados e registrados no diário de campo. No período relativo à coleta de dados foram elaboradas diferentes questões a ser respondidas por professores e alunos, através de uma entrevista estruturada e de forma individualizada, onde as informações foram registradas por gravação e posteriormente, transcritas. Assim, a pesquisa caracterizou-se por um estudo de caso, retratando uma realidade e revelando a multiplicidade de aspectos globais que poderiam estar presentes nessa determinada situação. Caracterizou-se também pelo caráter etnográfico, descrevendo significados culturais e individuais do grupo pesquisado; e teve uma abordagem qualitativa, pois nesta, o pesquisador experencia o espaço e o tempo vividos pelos investigados, partilhando de suas experiências para reconstituir adequadamente o sentido que os atores sociais lhes dão (CHIZZOTTI, 2000). Os instrumentos de pesquisa utilizados foram a inserção participante, a partir de um contato prolongado com os sujeitos participantes da pesquisa como professora durante os anos de 2004 e

2005; a observação participante, através da observação das ações dos pesquisados em seu contexto natural, registrando tudo que pudesse ser significativo para a pesquisa; o diário de campo, através do registro de todos os momentos investigatórios e acontecimentos no decorrer da pesquisa; e a entrevista estruturada, através de perguntas previamente elaboradas e padronizadas com o objetivo de permitir que todas as respostas pudessem ser equiparadas, possibilitando assim uma análise mais aprofundada.

De posse dos dados coletados, analisamos de que forma esse espaço contribui para a formação de cidadãos, e qual a concepção de cidadania existente no mesmo. Se uma cidadania que visa a criticidade e a autonomia do indivíduo, desenvolvendo sua capacidade transformadora ou se apenas uma cidadania que ensina os deveres muito mais do que os direitos de cada cidadão.

Este estudo foi balizado por duas categorias gerais de pesquisa, sendo elas a educação não-formal e a cidadania. E o texto foi articulado de forma a, primeiramente tecer um histórico da educação não-formal, sua valorização e crescimento nas discussões sobre políticas sociais públicas e, posteriormente, abordou-se alguns conceitos de cidadania a partir de diferentes autores no sentido de pensar caminhos para a gestão. No bloco intitulado 'Educação para a Cidadania na Contemporaneidade' buscou-se entrecruzar diferentes autores que na atualidade ajudam a pensarmos sobre alguns dos conceitos abordados neste artigo. E, finalmente, apresentam-se os resultados da pesquisa e as considerações finais, onde se busca refletir sobre as características necessárias para uma gestão educacional que vise uma formação cidadã num sentido mais amplo.

EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

A partir dos anos 90 a educação não-formal assumiu maior relevância devido às mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho, onde se passou a falar em uma nova cultura organizacional, que exige competências extra-escolares. As relações de complementaridade dos diferentes espaços educativos, os processos de aprendizagem em grupo e os valores culturais que articulam as ações dos indivíduos passaram a ser mais valorizados, tendo em vista que a educação ocorre em múltiplos lugares e que os agentes educativos também são múltiplos, pois todas as relações que os seres humanos mantêm em suas vidas, sejam estas interpessoais, intergrupais, geram influências e aprendizagens. Desse ponto de vista, a educação seria um fenômeno social onipresente e perene.

Há apenas duas décadas atrás a educação não-formal era um campo de pouca importância, sendo vista como o conjunto de processos delineados para al-

cançar a participação de indivíduos e de grupos em áreas de extensão rural, animação comunitária, planejamento familiar, etc. cujos conteúdos incluíam atitudes positivas em relação à cooperação na família, trabalho, comunidade, colaboração para o crescimento nacional, progresso, alfabetização funcional, entre outros. Hoje, a educação já não é mais vista como necessidade a um determinado período da vida, pois as possibilidades de aprender multiplicam-se além dos domínios da escola e passa a ser concebida enquanto forma de ensino/aprendizagem adquirida ao longo da vida dos cidadãos, onde todos os espaços oferecidos pela sociedade são oportunidades de aprendizagem. A nova concepção de educação da sociedade pós-moderna vem gerando a necessidade de discuti-la além dos limites da escola e das paredes de uma sala de aula, resultando em crescentes intervenções de ações educativas em âmbitos, meios e organizações diferenciados do sistema educacional. A oferta da educação não-formal vem ampliando-se e organizando-se em função de objetivos explícitos, e que, embora seja distinta da escola formal, não deixa de ser planejada, com organização específica e visando uma determinada intenção (GONH, 2001). Dessa forma, espaços não-formais de ensino também são responsáveis e grandes influenciadores dos modos de pensar e agir dos educandos, não cabendo esta responsabilidade apenas ao ensino-formal (escolas e/ou universidades).

Frente a estas considerações, percebemos a importância de atentarmos para a maneira como esses espaços educacionais diferenciados da escola, estão oportunizando o conhecimento, pois muitos ainda apresentam características meramente assistencialistas, investindo uma grande quantidade de dinheiro para sanar as necessidades básicas do indivíduo, como roupas e comida, mas privando-o do acesso ao conhecimento. Segundo Demo (2002) muitas manifestações solidárias destinadas aos 'excluídos' podem ser apenas manobras de domesticação, tornando os excluídos solidários e compreensivos com os agentes da exclusão, e formar cidadãos, é muito mais que proporcionar ao indivíduo sua sobrevivência física ou a superação da pobreza material, e sim proporcionar-lhe o direito à vida no seu sentido pleno, o acesso a todas as formas de pensamento, arte, tecnologia e conhecimentos.

Faremos a seguir, a análise de alguns conceitos de cidadania, visto que este é o principal objetivo da maioria dos espaços formais de ensino bem como dos não-formais, aparecendo com grande freqüência nos projetos pedagógicos.

CIDADANIA

A palavra cidadania, no seu percurso histórico, vem sofrendo inúmeras transformações e enriquecendo-se de novos significados, constituindo-se como fundamento da sociedade democrática. Cidadania e democracia possuem estreitos vín-

culos e valores imprescindíveis para a formação do novo cidadão, dotado de propriedades sociais e não apenas características particulares, um sujeito histórico e construtor de sua própria humanidade que deve ser capaz de participar da vida pública não só como “titulares de direitos”, mas também como “criadores de novos direitos” (PARO, 2001). A descoberta do seu poder criador e do poder criador coletivo deve ser tarefa essencial do novo cidadão, dotado de propriedades sociais e não apenas características particulares, um sujeito histórico e construtor de sua própria humanidade.

Boff (2000) caracteriza cidadania como o “processo histórico-social que capacita à massa humana a forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto e de práticas, no sentido de deixar de ser massa e de passar a ser povo, como sujeito histórico plasmador de seu próprio destino” (p. 51). E para que se possa construir uma sociedade verdadeiramente democrática, é preciso transformar a cultura da dominação em uma cultura da ação, da participação, do diálogo e da transparência. Dessa forma, o conceito de cidadania está ligado a um sentimento grupal, no qual o homem deve conciliar seus próprios interesses com os interesses coletivos, suas necessidades as necessidades dos outros. Cidadão não é mais aquele que apenas usufrui de seus direitos políticos, mas aquele que sabe compartilhar seu espaço e com-viver com outros e em prol do bem comum.

Benevides⁴ considera como valores democráticos o reconhecimento da igualdade e o repúdio a qualquer forma de privilégio e de repressão das liberdades fundamentais, individuais ou coletivas, o direito integral aos direitos humanos e a todos de viver com dignidade, e o acatamento da vontade da maioria, porém com constante respeito pelos direitos das minorias. Cabe-nos então refletir sobre nossa sociedade atual e o tipo de democracia e cidadania que está sendo construída. Ferreira (1993) convida-nos a essa reflexão:

Se o discurso oficial afirma a democracia como um valor fundamental, é preciso que se verifique de que democracia está se falando, quais os seus pressupostos e como ela se materializa nas práticas sociais. Um regime que apesar de se dizer democrático, exclui das conquistas sociais um contingente enorme de pessoas, que se estabelece favores para impedir o direito, que cobra lealdade incondicional ao governo, que reclama de seus cidadãos obediência irrestrita a leis e regras, este regime está sob suspeita, porque sob suspeita também se encontra esse modo de entender democracia (p. 225).

Esses impasses surgidos na reinvenção da democracia, são frutos das bases históricas nas quais esta vem sendo instituída. Durante a formação da nossa ordem política esteve sempre presente o processo de exclusão das classes populares em relação à tomada de decisões.

A propriedade era a garantia da cidadania, pois só era considerado cidadão aquele que possuía bens. A formação da cidadania para os não-proprietários caracterizava-se essencialmente como uma ação ‘civilizatória’, associada à assimilação de valores e a fabricação de comportamentos que viessem ao encontro dos interesses das classes dominantes, tais como adaptação às rotinas de trabalho repetitivos, capacidade de obedecer ordens, entre outros. Sua exclusão das camadas populares justificava-se pelas deploráveis condições de educação e cultura que estavam submetidas, atribuindo-lhes com isso, falta de maturidade política e despreparo destas camadas para exercê-la. A educação dos trabalhadores pobres tinha por função discipliná-los para a produção. Somente ao cidadão ‘letrado, decente, educado ou de posses’ era possibilitado o desenvolvimento de atitudes críticas, de tomadas de decisões e responsabilidades.

Na tradição clássica liberal “a cidadania se vinculava a direitos, a liberdade do cidadão era a liberdade cultivada, civilizada, dirigida pela razão, pelo uso do pensamento, pelo cálculo utilitário. O respeito ao interesse geral tem sentido como garantia da satisfação dos interesses individuais” (ARROYO, 1987, p. 58). As camadas populares eram educadas para assumir seu dever no convívio social, a prática das obrigações, dos deveres e respeito à ordem. Somente aqueles que demonstrassem ter controle de seus apetites e terem aprendido a respeitar o bem comum, estariam aptos para o convívio social.

Segundo Ferreira (1993), devido a essas relações de dominação que por muito tempo nossa sociedade foi submetida, e a maneira como se constituiu nossa organização política, fundada nas relações patrimonialistas de poder dos fazendeiros, dos senhores de engenho, dos coronéis, nosso povo acostumou-se a um governo-pai: “Aprendemos a conviver com o autoritarismo, a aceitar o depotismo como uma forma natural de governo, desde que ele nos mantenha alimentados e empregados, nos dê segurança, enfim faça aquilo que o povo deseja” (p.202). Também a maneira como se desenvolveu nossa estrutura agrária, constituída por uma ordem senhorial e escravocrata forjando uma cultura de dependência mútua, contribuiu para inibir no cidadão sua autonomia e a capacidade de resolver problemas por si mesmo, tão fundamentais para uma autêntica cidadania. As relações de poder envolviam cumplicidade, onde cada um a seu modo tirava vantagens:

Mas só por caricatura o ‘coronel’ parecia um homem raivoso, de chibata na mão, açoitando o povo. Se isso ocorria em alguns momentos, em outros ele era um homem alegre, que promovia festas, acompanhava a procissão, oferecia recursos para a igreja, distribuía presentes. Como admiti-lo como inimigo, se era padrinho do filho, conseguira escola para o menino, mandara buscar o médico para salvar a mulher? (FERREIRA, 1993, p. 206).

Embora decomposta essa forma de relacionamento político e de administrar a coisa pública, muitos dos resquícios desta formação sócio-político-cultural de nosso país ainda sobrevive nos dias atuais. Devido às relações de privilégios, favores, parentescos, suborno, corrupção, etc., que ainda predominam em nossa sociedade, torna-se cada vez mais difícil convencer um cidadão que agir legalmente é o melhor caminho.

Verificamos com isso, que a cidadania está condicionada ao tipo de sociedade política em que vivemos, fundada e orientada nas concepções que temos de sociedade, e que portanto, seu conceito nunca será único e generalizado. Morin (2002) diz que só seremos verdadeiramente cidadãos quando nos sentirmos solidários e responsáveis, mas que estes não podem advir de exortações piegas nem de discursos cívicos, mas de um enraizamento dentro de cada cidadão, da sua identidade nacional, continental e planetária. E essa nova concepção de cidadania relacionada a direitos e deveres pessoais e universais, inalienáveis e transculturais, direito a igualdade, justiça, ética, liberdade, dignidade, ainda está emergindo, não está completamente enraizada na sociedade, pois nela ainda persiste o silêncio, a passividade e a submissão, heranças das complicadas formas de relações sociais, políticas e culturais da qual fomos vítimas e que ainda não podemos dar por acabadas.

Mas como poderemos transpor estes conceitos e trabalhá-los sob uma perspectiva de gestão educacional, que pretenda preparar alunos para o exercício da cidadania?

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NA CONTEMPORANEIDADE

A partir dos conceitos descritos no bloco anterior, verificamos que, numa educação para a cidadania é tarefa de todo e qualquer espaço educativo avaliar sua forma de organização, questionando em que medida sua estrutura permite ou limita vivências humanizadoras de igualdade, de dignidade, de direitos, de democracia, de justiça e solidariedade. Para isso, torna-se essencial politizar todos os níveis de vivência e convivência, ou seja, “politizar o cotidiano, as práticas, as estruturas escolares e as competências (...), à vivência digna da infância, as vivências e sentimentos, o ambiente físico, os estilos de vida, a ocupação dos tempos, o acesso à leitura, ao lazer, à cultura, à qualificação dos próprios educadores”. (ARROYO, 2000, p. 207)

Importante também que exista no espaço educativo, a participação da comunidade nas práticas de gestão e organização, pois estas podem criar ou modificar ações e pensamentos das pessoas, e tanto as pessoas aprendem com a organização como esta com as pessoas. Mas para isso se faz necessário reconhecer as fortes influências das determinações sociais e políticas, das relações de poder presentes no sistema social mais amplo, que acabam por afetar as relações no espaço

educacional, influenciando idéias, modos de agir, comportamentos e atitudes de professores e alunos. (LIBÂNEO, 2005) No espaço estudado, verificou-se uma participação de outros setores da sociedade limitada a determinados momentos, como palestras e datas festivas, mas não em nível de planejamento, de organização e partilha de poder.

Outro fator importante é analisar o tipo de generosidade que nos é oferecida, pois muitas vezes a satisfação de necessidades individuais garante os interesses das classes dominantes e acaba por inibir a autonomia do cidadão. Segundo Freire,

a generosidade verdadeira não é aquela que se nutre da miséria, da exclusão, da exploração do povo e que os mantém atados. Ela só é verdadeira quando o gesto do opressor deixa de ser um gesto piegas e sentimental, de caráter individual, e passa a ser um ato de amor àqueles. Quando para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser os homens concretos, injustiçados e roubados (...). Só na plenitude deste ato de amar, na sua existência, na sua práxis, se constitui a solidariedade verdadeira. (1975, p. 38)

Esse seria também o papel de uma educação voltada para a cidadania: - despertar no indivíduo a criticidade e diminuir a ingenuidade, saber identificar o foco de sua dominação, reconhecer e desvendar as contradições existentes nos discursos, na mídia e nos conteúdos escolares, sem aceitar passivamente que a razão de sua situação social, de seu sofrimento, de sua opressão, seja apenas sua culpa e responsabilidade, mas também, de um perverso sistema social, econômico e político ao qual está inserido. Desenvolver essa capacidade de leitura de mundo, fazendo com que o cidadão não se torne conivente com a ordem predominante e acabe por reforçar a manutenção desta ordem perversa de privilégios.

E como educar indivíduos para a ética, justiça e solidariedade, estando estes em condições de vida tão deprimentes? Fazê-los perceber que o coletivo é mais importante que o individual se a sociedade como um todo os oprime e exclui?

Paulo Freire (1998) coloca que a luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana. A preocupação primeira não deve ser acertar o método de como educá-los, mas sim, como se educam, nem como ensinar-lhes, mas como aprendem, nem como socializá-los, mas como se socializam, como se formam como sujeitos sociais, culturais, cognitivos, éticos, políticos que são. Num planejamento educativo devem estar incorporados os estreitos vínculos entre as condições em que os educandos reproduzem suas existências e seus aprendizados humanos. Primeiramente devemos ter como foco o sujeito em si, sensibilizando nosso olhar para olhá-los no que eles têm de mais radicalmente humano, captando-os como sujeitos de educação, de construção de saberes, conhecimentos, valores e cultura, fazendo com que reconheçam suas condições de direitos e deveres que lhe são inerentes, independentes de raça, credo, nação ou

classe social. É preciso “ler” a leitura de mundo que o grupo faz de seu contexto imediato e do maior que o seu é parte, e desafiá-los numa leitura crítica da violência e das injustiças que caracterizam sua situação, para que se reconheçam agentes de transformação da própria vida e do mundo onde estão inseridos, capazes de lutar contra toda estrutura que negue a quem quer que seja o direito de ser cidadão. O reconhecimento das discriminações, das disparidades e privilégios no plano social, propicia também uma melhor compreensão das políticas assistencialistas que anestesiam suas consciências.

Abuso e pobreza, conforme Maturana (2002) são erros de convivência social, os quais, devemos reconhecer e corrigir na constituição de uma sociedade democrática, que se funda na ação conjunta de nossos afazeres como nação e na capacidade de convivência social, ou seja, aceitação mútua de qualquer indivíduo, onde nenhuma ação negue a presença do outro, pois a falta desta resulta na negação do outro, na intolerância, na desconfiança e na falta de reflexão, dando lugar ao autoritarismo, à obediência e à submissão.

E este com-viver em grupo, sem preconceitos, sem discriminação, sem exclusão deve ser a prioridade do espaço pedagógico que pretende formar cidadãos. Nele, deve haver a presença da afetividade, da sensibilidade, da emoção, da corporeidade, características indispensáveis na formação de um cidadão dotado de autonomia moral e intelectual. De acordo com Henz (2005), o que crianças, jovens e adultos esperam da escola é serem descobertos e reconhecidos como gente, e quaisquer atividades, sejam de ensinar ou aprender, devem ser desenvolvidas em função de significados e horizontes mais abertos, pois a escola existe para nos ajudar a *ser mais* humanos. E é no espaço educativo que o educando deve experimentar relações concretas de humanização, de dignidade, de respeito, de solidariedade, de tolerância, de democracia, ou seja, de cidadania. “As ações verdadeiramente pedagógicas tem a ver com a vida das pessoas e as relações pessoais, exigindo muitas vezes a transgressão do instituído e estabelecido, inovando, modificando, alargando horizontes em função da sensibilidade e do respeito de homens e mulheres que estão buscando ser mais” (Henz 2005, p. 151).

Precisamos nos libertar de normas, de crenças e buscar novos referenciais para a educação, abrir caminhos incertos, duvidar, rever certezas. Num projeto para a cidadania temos que colocar na mesa, crenças, valores, práticas, seguranças e inseguranças.

RESULTADOS

Através da análise das falas dos alunos, verificou-se que todos estavam satisfeitos com o projeto, preferindo este à escola, devido as maiores vivências humanizadoras proporcionadas, de igualdade, de afeto, de solidariedade, de diálogo

go, entre outros. Vivências estas, imprescindíveis para uma educação cidadã, e que por muitas vezes inexistem na escola devido sua forma de organização de tempo, espaço e disciplinas. Demonstraram também, possuir um sentimento de gratidão pelas chances e oportunidades oferecidas, ou seja, banhos, alimentação, ensinamentos, entre outros, mas desconhecendo que a desumanização não é destino dado, mas sim resultado de uma “ordem” injusta. Assim consideramos a necessidade deste espaço em desenvolver um trabalho de conscientização dos alunos sobre as realidades sociais a que são vítimas, fazendo-os perceber que na maioria das vezes, fome e pobreza são impostas, e que a partilha de bens materiais não é suficiente para sanar estes problemas, mas que através da partilha do conhecimento, é possível intervir em todas as estruturas sociais e econômicas e ocupar um lugar no mundo com dignidade, tornando-se sujeitos de sua história.

Quanto à concepção de cidadania predominante no espaço, os professores fizeram referências a direitos e deveres, regras e normas, obediência e respeito e a boa convivência em sociedade: “Cidadão é aquele jovem, que a partir do momento em que começa a se formar dentro de uma sociedade, tem que ter regras e normas. O cidadão tem que ter horário, ter responsabilidade, compromisso, além de tudo tem que ter um grande respeito aos professores e as pessoas que trabalham com ele” (Coordenador do projeto). Dos sete alunos entrevistados, seis não souberam responder. Perante as entrevistas e as observações das atitudes e comportamentos de professores e alunos, constatamos que o ideal de cidadão deste espaço, é aquele com habilidades básicas de seguir e obedecer ordens, aquele que é sociável, educado, bem-comportado, obediente e responsável. Aquele que sabe aproveitar as oportunidades que lhe são oferecidas. Uma cidadania em que compete mais deveres que direitos, subordinada ao modelo econômico vigente e a serviço dele, pois em vários momentos os professores apontaram a necessidade de desenvolver saberes úteis ao mercado de trabalho, através da capacitação e qualificação do jovem com cursos técnicos. Segundo Libâneo (2005) “não podemos ignorar o contexto político e econômico, mas não podemos nos subordinar ao modelo econômico e a serviço dele, pois uma educação de qualidade é aquela que promove para todos o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas (...), bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação...” (p.117). Desta forma, a necessidade de inserção no mercado de trabalho não pode ser desconsiderada, mas estes saberes e competências devem estar a serviço do desenvolvimento, da autonomia, da emancipação, da liberdade e da igualdade. Não podemos deixar de propiciar aos alunos o acesso ao conhecimento, que lhes permitam tornar-se sujeitos éticos e políticos e acima de tudo, humanos (ARROYO, 2000).

Por fim, percebemos que a contribuição deste espaço para formar cidadãos no seu sentido pleno, 'criadores de direitos', questionadores, ativos e políticos ainda não é de todo suficiente, necessitando algumas mudanças: um maior engajamento entre os professores frente ao objetivo do projeto, possibilitando oportunidades de para o aluno vivencie cidadania no dia-a-dia da instituição, não se limitando a determinados momentos, pois cidadania é uma postura que precisa ser construída através da coerência entre atos e palavras. Este objetivo deve ser claro e assumido por todos e assim, colocado em prática com a ciência de todos seus membros participantes, onde não só o professor, mas o grupo como um todo busquem juntos as formas de melhor realizá-lo. Conseqüentemente a interação entre a estrutura administrativa e a organização didático-pedagógica é imprescindível para que esses objetivos se efetivem e para a natureza dos resultados.

Quanto aos professores, necessitam desempenhar mais ativamente o papel político que cabe a cada um na educação, acreditando também no seu poder de transformação, pois compreendemos que educar para a cidadania é muito mais que preparar o aluno para a inserção no mercado de trabalho, mas sim fazê-lo descobrir, construir e exercer seu poder de transformação. Cabe também, avaliar suas atitudes, suas teorias, seus métodos e práticas, suas certezas e incertezas, desenvolvendo em seus alunos capacidades de ouvir, falar, escutar e principalmente julgar, fazer escolhas em prol do bem comum. Na fala do coordenador, quando questionado sobre as expectativas quanto ao futuro de seus alunos, considera que "o futuro depende da boa vontade de cada um, eu acho que todo jovem deve aproveitar a oportunidade e nós temos oportunidades e nem sempre valorizamos, ele tem que valorizar os professores, a alimentação, o Banco, o colégio, com quem ele anda". Atribuir somente ao aluno a causa de sua posição social ou seu futuro, e não às injustiças intrínsecas da sociedade capitalista demonstra o quanto os professores também estão influenciados pelos discursos ideológicos. Segundo Boff (2000), o futuro depende da boa vontade de todos em tomar as rédeas de seu destino e organizar-se coletivamente para um país novo e diferente do que vem sendo até então. Com objetivos traçados pelo povo, de baixo para cima, de dentro para fora. Só assim será possível assegurar cidadania a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apontou a necessidade de várias mudanças no espaço pesquisado, para que possa melhor contribuir para a formação de cidadãos mais críticos. Mas não podemos desconsiderar o trabalho de humanização desenvolvido no dia-a-dia pelos professores, mesmo que de uma forma não intencional. Em

muitos momentos estava mais presente a afetividade, a justiça, a igualdade, a não-discriminação, as emoções, do que a própria disciplina do professor. O próprio ato de brincar com estes, de ouvi-los, de contar sobre suas vidas, faziam com que eles se sentissem ‘gente’. Estas atitudes foram muito mais significativas para os alunos que quaisquer outras, e isso foi perceptível nas suas falas, durante a realização das entrevistas. Na busca para desenvolver competências técnicas nos educandos, os professores acabaram dando pouca importância ao que de mais significativo estavam lhes proporcionando: humanização. Reporto-me então, às palavras de Arroyo (2000) quando diz que o difícil não é só ensinar sem condições materiais, mas principalmente sem clima humano, sem interações humanas. Pois sem esta, os alunos poderão até aprender as matérias, mas não a principal: a serem humanos.

Percebi o pouco valor que damos à afetividade, à emoção na educação, e o alto valor que damos à razão. E está na emoção o caminho para as grandes transformações da sociedade. É a emoção que nos contagia, nos incendeia e que nos faz querer, nos faz unir e nos faz agir.

Minha surpresa nesta pesquisa foi a de que num primeiro momento pareceu-me que todas as evidências estariam contra tudo o que seria o ideal numa formação cidadã visando uma sociedade igualitária. Primeiramente vieram as observações, os discursos que eu ouvia atentamente, depois as entrevistas, tudo sendo observado minuciosamente de uma forma extremamente racional, para assim evitar ‘erros de interpretação’. Mas ao longo de minhas leituras percebi que estaria deixando escapar muitas coisas importantes e significativas para esta pesquisa, atitudes dos professores e dos alunos que não considerava parte da mesma: os momentos de descontração, onde os alunos e professores não estavam sendo avaliados. Eu apenas participava destes momentos, sem pensar na pesquisa. Percebi que aí estavam os momentos mais preciosos e mais ricos a serem analisados. Senti-me “miópe” (eu que por tantas vezes li Paulo Freire criticando a miopia...) e ao mesmo tempo vítima dessa racionalidade extrema que a sociedade exige de todos nós cidadãos. Procurei nas palavras, nas teorias e não nas atitudes e sentimentos. Procurei somente ver a objetividade dos fatos. Não posso deixar de mencionar Morin (2002) quando fala que a racionalidade traz em seu seio a possibilidade do erro e da ilusão, e que a atividade racional apela para o controle do ambiente, controle da cultura, controle do próximo. E que “o racionalismo que ignora os seres, a subjetividade, a afetividade e a vida é irracional” (p.23). Não podemos deixar que a sociedade nos transforme em seres irracionais, controlando nossas idéias, nossa consciência, nossos pensamentos. Percebi os professores, sentindo-se culpados por não conseguir desenvolver em seus educandos as múltiplas habilidades e competências técnicas que a sociedade capitalista está a exi-

gir, por não conseguir desenvolver seus conteúdos, por não poder promover-lhes a igualdade de competências para competir no mercado ou dar-lhes melhores condições de sobrevivência material, e por apenas propiciar-lhes alguns momentos de 'sentir-se gente'. Ora, isso não é o suficiente. Não é esse o nosso papel.... Não é isso que a sociedade exige de nós professores...

Vejo este como o principal ajuste a ser feito na busca de uma cidadania mais contemporânea: abrir nossas mentes, nossos olhos para desvendar as armadilhas da ideologia, rever teorias e idéias, ampliando a concepção de educação e de cidadania, sem deixar intimidar-nos com o novo, com o inesperado, com as incertezas....

Esta pesquisa contribuiu de forma significativa para o meu crescimento como pessoa, como docente e como cidadã. Como pessoa, tornando-me mais sensível, menos racional, mais crítica e mais comprometida. Como docente, fazendo-me compreender a importância da dimensão política da educação e o quanto nossa prática educativa interfere (ou não) nas transformações sociais. Mostrou-me a importância da afetividade, da emoção, do clima humano na educação, em detrimento das habilidades e competências técnicas.

Sobre cidadania e gestão, compreendi que ambas estão entrelaçadas e são interdependentes, seja educação formal ou não-formal, é de suma importância que a gestão seja de fato, democrática, possibilitando o envolvimento, o engajamento, a participação de todos os envolvidos. Onde todos saibam onde se pretende chegar, questionando, comparando, duvidando, refletindo, avaliando e reinventando novos caminhos.

Como cidadã, esta pesquisa mostrou-me que somente através da participação, da ação, do compromisso e de uma organização coletiva será possível construir ou reconstruir a sociedade que queremos. Por maior boa vontade que haja ninguém consegue nada sozinho, é preciso unir forças para alcançarmos nossos objetivos, pois as forças que vem de cima são muito mais fortes e somente pela união conseguiremos superá-las.

REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: Imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Educação e exclusão da cidadania**. In: BUFFA, E.; NOSELLA, P. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 1987- pp. 31-79.

BOFF, Leonardo. **Depois de 500 anos: Que Brasil queremos?** Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GONH, Maria da Glória. 2001- **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo:

HENZ, Celso Ilgo; GHIGGI, Gomercindo (Orgs.). **Memórias, diálogos e sonhos do educador: homenagem a Balduino Antônio Andreola**. Santa Maria: UFSM, UFPel, Pallotti, 2005.

LIBANEO, José Carlos; FERREIRA, João de Oliveira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. - 6ª ed.- Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. - 6ª ed.- São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.a.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre Educação**. São Paulo: Ed. Xamã, 2001.

SITES:

Disponível em <http://www.iea.uso.br/iea/artigos/benevideseducacaocidadania.pdf>. Acesso em 20/11/2006. **Educação para a cidadania na democracia contemporânea**.

NOTAS

- ¹ Artigo produzido a partir da monografia realizada no Curso de Pós-Graduação – Especialização em Gestão Educacional, defendida em fevereiro de 2007, Centro de Educação, UFSM/RS.
- ² Especialista em Gestão Educacional (2007), Bacharel (2001) e Licenciada em Desenho e Plástica/Artes Visuais (2003) pela Universidade Federal de Santa Maria, RS.
- ³ Professora Orientadora da pesquisa monográfica. Doutora em História da Arte (1995), Mestre em Antropologia Social (1990), ambos pela Universidad de Barcelona, Espanha. Bacharel e Licenciada em Artes Plásticas (1987), ambos pela Universidade Federal de Santa Maria, RS.
- ⁴ **Educação para a cidadania na democracia contemporânea**. Disponível em: <http://www.iea.uso.br/iea/artigos/benevideseducacaocidadania.pdf> Acesso em 20/11/2006.